

Debates

29 DE ABRIL DE 2021 24ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

<p>Presidência: CARLÃO PIGNATARI</p>

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Abre a sessão. Coloca em votação dois requerimentos do método de votação ao PL 221/21, sendo um apresentado pela liderança do Governo, e o outro, pela liderança do PT.
2 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação dos requerimentos de método de votação ao PL 221/21, em nome do PSOL.
3 - PROFESSORA BEBEL LULA
Para questão de ordem, indaga qual é o número de deputados presentes em ambiente virtual.
4 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Informa que há 61 parlamentares presentes.
5 - PROFESSORA BEBEL LULA
Encaminha a votação dos requerimentos de método de votação ao PL 221/21, em nome do PT.
6 - JANAINA PASCHOAL
Para questão de ordem, pergunta se as bancadas poderão obstruir a votação dos requerimentos de método de votação ao PL 221/21.
7 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Responde afirmativamente à questão de ordem da deputada Janaina Paschoal.
8 - CAMPOS MACHADO
Encaminha a votação dos requerimentos de método de votação ao PL 221/21, em nome do Avante.
9 - PAULO LULA FIORILO
Encaminha a votação dos requerimentos de método de votação ao PL 221/21, em nome da Minoria.
10 - DOUGLAS GARCIA
Encaminha a votação dos requerimentos de método de votação ao PL 221/21, em nome do PTB.
11 - VINÍCIUS CAMARINHA
Encaminha a votação dos requerimentos de método de votação ao PL 221/21, em nome do Governo.
12 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Coloca em votação nominal os requerimentos de método de votação ao PL 221/21. Informa obstrução das seguintes bancadas: PROS, PSL, Novo, PSOL, PCdoB, PT, PSD, Podemos, PP, PTB, Avante, Republicanos e PL; e dos parlamentares Valeria Bolsonaro e Gil Diniz. Dá conhecimento do resultado da votação nominal, que aprova o requerimento de método de votação apresentado pela liderança do Governo.
13 - VINÍCIUS CAMARINHA
Para comunicação, agradece a todos pela aprovação de seu requerimento. Pede a seus pares que permaneçam no ambiente virtual, para que a deliberação do PL 221/21 prossiga.
14 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Coloca em votação o PL 221/21, salvo substitutivos e emendas.
15 - PROFESSORA BEBEL LULA
Encaminha a votação do PL 221/21, salvo substitutivos e emendas, em nome do PT.
16 - JANAINA PASCHOAL
Encaminha a votação do PL 221/21, salvo substitutivos e emendas, em nome do PSL.
17 - PAULO LULA FIORILO
Para questão de ordem, faz indagação acerca do processo de votação.
18 - PRÉSIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Presta esclarecimentos ao deputado Paulo Lula Fiorilo.
19 - JOSÉ AMÉRICO LULA
Encaminha a votação do PL 221/21, salvo substitutivos e emendas, em nome da Minoria.
20 - PROFESSORA BEBEL LULA
Para questão de ordem, indaga para quando o presidente convocará uma nova sessão extraordinária, caso a deliberação do PL 221/21 não seja concluída hoje.
21 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Responde que decidirá posteriormente com relação à data de convocação da próxima sessão extraordinária.
22 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Encaminha a votação do PL 221/21, salvo substitutivos e emendas, em nome do PSOL.
23 - GIL DINIZ
Para questão de ordem, indaga se poderá fazer encaminhamento da votação em tela, mesmo não pertencendo a nenhum partido.
24 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Responde negativamente à questão de ordem do deputado Gil Diniz.
25 - PROFESSORA BEBEL LULA
Para questão de ordem, pergunta qual o número máximo de sessões extraordinárias em ambiente virtual que podem ser convocadas num único dia.
26 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Esclarece que podem ser realizadas até três sessões extraordinárias virtuais no mesmo dia.
27 - DOUGLAS GARCIA
Encaminha a votação do PL 221/21, salvo substitutivos e emendas, em nome do PTB.
28 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Coloca em votação e declara aprovado o PL 221/21, salvo substitutivos e emendas, restando prejudicados os substitutivos n°s 1 a 4. Informa que a deputada Monica da Mandata Ativista solicitou uma verificação de votação. Defere o pedido e determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
29 - CARLOS GIANNAZI
Para questão de ordem, pergunta para quando será convocada uma nova sessão extraordinária em ambiente virtual.
30 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Informa que tomará uma decisão a respeito da convocação da próxima sessão extraordinária até o final da presente sessão.
31 - JOSÉ AMÉRICO LULA
Para questão de ordem, faz indagação acerca do processo de votação.
32 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Presta esclarecimentos ao deputado José Américo Lula.
33 - PROFESSORA BEBEL LULA
Para questão de ordem, faz pergunta a respeito do processo de votação.
34 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Presta esclarecimentos à deputada Professora Bebel Lula.
35 - GIL DINIZ
Para questão de ordem, pede que a Presidência informe com clareza os parlamentares acerca do tempo que lhes resta de fala, durante seus pronunciamentos.
36 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Afirma que seguirá a sugestão do deputado Gil Diniz.

37 - VINÍCIUS CAMARINHA
Para comunicação, frisa que a votação pode ser realizada pelo sistema Vota AleSp.
38 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Pede que o link para acesso ao sistema Vota AleSp seja enviado novamente aos deputados. Presta esclarecimentos aos parlamentares acerca de decisão judicial que envolve esta Casa. Informa obstrução das seguintes bancadas ao processo de votação: PT, PCdoB, PTB, PSL, Podemos, PROS, PSB, Avante, PL e PP; e da deputada Valeria Bolsonaro. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação do PL 221/21, salvo substitutivos e emendas, restando prejudicados os substitutivos n°s 1 a 4. Registra declaração de voto favorável ao substitutivo n° 3 dos parlamentares Janaina Paschoal, Frederico d’Ávila, Gil Diniz, Valeria Bolsonaro, Coronel Telhada e Adriana Borgo. Encerra a sessão.
* * *
- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.
* * *
- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e declara aberta a 24ª Sessão Extraordinária em Ambiente Virtual.
Para continuar o encaminhamento por oito minutos o deputado Carlos Giannazi, pelo PSOL.
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, voltando, então, à minha intervenção, eu estava citando aqui que hoje é um dia triste para o Brasil, mais um dia triste, porque o Brasil atingiu o número de 400 mil vidas perdidas por conta da pandemia, que eu não considero pandemia, eu considero hoje já uma política de extermínio em massa o que acontece no Brasil e em São Paulo também, nós já estamos chegando nos 100 mil mortos no nosso estado.
E nós estamos hoje aqui, na Assembleia Legislativa, tendo uma oportunidade histórica de fazer a diferença no Brasil, dando um exemplo. Nós poderíamos criar hoje um auxílio emergencial, que é a única saída para este momento histórico.
A pandemia está descontrolada no Brasil e no estado de São Paulo. Dois dias atrás nós tivemos duas mil pessoas no nosso estado. Isso não é qualquer coisa. Duas mil pessoas morreram em 24 horas no estado mais rico do Brasil.
E São Paulo não tem renda emergencial, tem pouca vacina, então a solução é isolamento social com auxílio emergencial para a população que precisa, crédito para os pequenos empresários, para quem gera emprego de fato, os pequenos comerciantes.
Esses setores devem ter crédito do governo, devem ter ajuda, aí nós vamos conseguir atravessar a pandemia. Mas o que o governo está apresentando aqui hoje, esse PL "Bolsa do Povo", na verdade faz parte de um jogo de marketing do governo, porque há três dias o Doria publicou um artigo na "Folha de S.Paulo", Tendências e Debates, já falando do "Bolsa do Povo".
Eu estou achando muito estranho essa pressa em se aprovar o projeto agora a toque de caixa, não sei se o projeto, sendo aprovado hoje, se ele já terá um autógrafo hoje e amanhã pela manhã a gente já amanhaça com ele sancionado, daí o Doria dá uma entrevista na hora do almoço e já anuncia que tem o "Bolsa do Povo". Não sei se vai acontecer isso, porque há uma pressa muito grande.
Agora, o fato é que esse projeto é uma verdadeira farsa, é um projeto fake news, porque ele não representa nenhum tipo de avanço para o estado de São Paulo, é um projeto que apenas reúne programas sociais de várias secretarias em um fundo único.
Há uma reorganização desses projetos. É importante, mas não resolve a situação da população. Não é renda emergencial, não tem pacto concreto para preservar as vidas das pessoas.
E ele tem artigos inconstitucionais. Um deles eu quero destacar, que é a canalização de recursos da Educação, da Secretaria da Educação, recursos do Orçamento da Educação que devem ser investidos em manutenção e desenvolvimento do ensino.
A LDB, em seu Art. 70, é muito clara em relação a isso. A Constituição Federal também proíbe a utilização de recursos da Educação para programas suplementares, para programas assistenciais.
A legislação é muito clara hoje no Brasil, então há desvio de dinheiro da Educação. Isso é grave. E esse dinheiro vai para a Secretaria de Governo ainda por cima, é mais grave ainda. E a Educação em uma crise imensa.
Eu não entendo, porque se a Educação é essencial - não é isso? -, as pessoas estão defendendo hoje, vários deputados aqui defendendo o Rossieli "Weintraub", defendendo que a Educação é atividade essencial, mas agora não é mais, agora pode retirar os recursos da Educação. Então há uma contradição.
Onde estão os defensores da essencialidade da Educação neste momento em que o governo retira dinheiro do Orçamento da Educação, que já é um orçamento pequeno, para investir em programas que não são da área da Educação?
Então, se esse projeto for aprovado e sancionado, nós vamos acionar a Justiça. Nós vamos entrar com uma Adin contra essa proposta, que é inconstitucional. Não se pode tirar dinheiro de manutenção e desenvolvimento do ensino para programas suplementares, ainda mais enviando esse dinheiro para a Secretaria de Governo.
Então queria deixar registrado aqui que esse projeto é marqueteiro, faz parte de uma estratégia de marketing do governo, ele não tem consistência, não tem profundidade, não resolve a situação da população, não ajuda, retira dinheiro da Educação, de uma pasta importante, de uma área fundamental para todos nós, precariza a contratação de pessoas, de pais de alunos, em vez de chamar os aprovados no concurso público.
Então, por tudo isso é que nós nos colocamos criticamente em relação a esse projeto, alertando a população. E faço um último apelo. Eu apresentei os dois primeiros substitutivos desse projeto, eles estão aí. Eu faço um apelo para que eles sejam aprovados, porque eles foram, de fato, esse PL, "Bolsa do Povo", em renda emergencial.
E dizer que o estado tem dinheiro sim. Alguns deputados fizeram intervenções dizendo que o estado não tem condições. Tem sim. Tem superavit fiscal. No artigo do Doria ele se entrega, ele diz o seguinte: "A economia de São Paulo obteve avanço de 0,4% em 2020 enquanto o Brasil recuou 4,1% do seu PIB".
Ou seja, teve um caixa de mais de 7 bilhões no ano passado e neste ano de 2020 nós já estamos com 17 bilhões de reais no caixa. O estado de São Paulo tem dinheiro e não está quebrado, isso não é verdade.
A gente acompanha o Orçamento, a execução orçamentária, então o estado de São Paulo tem condições, sim, de acolher a nossa população, defendendo a vida das pessoas. Então, por tudo isso é que nós queremos que o projeto "Bolsa do Povo" incorpore as nossas propostas.
Não só as minhas, mas de todos os deputados e deputadas, para que ele seja transformado, de fato, em um projeto de renda emergencial para salvar vidas, porque, se ele for aprovado do jeito que foi encaminhado, ele vai ser um projeto para inglês ver, um projeto fake news, mais uma peça publicitária do marketing do João "Pinóquio" Doria.
Queria fazer essas considerações críticas no nosso encaminhamento da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, deputado Carlos Giannazi. Tem uma questão de ordem da Professora Bebel e o próximo orador já é a Professora Bebel.
A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, nós estamos com quantos logados, devidamente...
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sessenta e um deputados. Tem 70, mas nove são máquinas, são 61 deputados logados.
A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Obrigada, Sr. Presidente. Bem, eu, então, agora vou para a minha fala. É isso?
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ok, é o encaminhamento pela liderança do PT. A líder, Professora Bebel.
A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Mais uma vez eu faço uso da palavra. Já fiz no período da manhã e agora discutindo o método de votação, o roteiro e as propostas que advieram de um processo intenso de debates, de oitivas, não só entre nós, do Partido dos Trabalhadores, mas sobretudo porque, observando o comportamento das famílias, observando, sobretudo, como a economia mudou...
Eu diria que ela mudou, mas ela só não foi mais para baixo por conta da renda emergencial de 600 reais, que foi uma luta intensa dos setores de oposição no Congresso Nacional. Isso deu um gás para a economia brasileira e para que nós pudéssemos nos sustentar. Esse é um fato.
Ocorre que aqui no estado de São Paulo nós estamos vivendo e vendo a vulnerabilidade nas ruas. Não por acaso o nosso substitutivo, bem como o nosso voto em separado, apresentado pelo deputado Paulo Fiorilo no Congresso de Comissões, explicitou claramente a nossa posição do porquê. Nós tínhamos condições de avançar nesse projeto.
É verdade, Sr. Presidente, que eu não tenho condições de dizer "não dê nada", porque eu não sou capaz, minha bancada também não é capaz de dizer "olha, se não é o que eu quero, não dê nada", mas poderia ter avançado. Os senhores incorporaram, de 107 emendas, 8 emendas. E duas de caráter, do PT, de caráter formal, o que é lamentável.
Poderia pegar uma emenda um pouco mais substantiva, não é? Do ponto de vista mesmo de garantir o combate à fome, porque essa está matando junto com o vírus. Se não morre do vírus, morre de fome. E não é um exagero meu. Não é exagero meu. Isso aí está para quem quiser ver, a céu aberto. A pandemia conseguiu acirrar.
Há um substitutivo, o n° 4, que é de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, e a bancada construiu 47 emendas. Todas elas plausíveis, em cima de estudos, tanto da assessoria da nossa bancada, que é muito competente, mas também do Dieese, que tem conhecimento de cátedra sobre discussões em vulnerabilidade, sobre cestas básicas.
E a gente se depara com o seguinte quadro, que o estado de São Paulo tem a segunda maior, em termos de valor, cesta básica - a primeira é Santa Catarina - e, nesses três estados analisados, a gente observa que São Paulo está na segunda e o governo apresenta 450 reais e nem assim atende uma gama maior. Essa era a preocupação nossa, Sr. Presidente.
Eu não posso dizer que eu vou, como eu diria, dizer um não retinto a uma proposta que vai dar para alguns, mas vai dar para alguns. Vai dar para uma parcela muito pequena. E a gente gostaria que isso fosse ampliado. Nós gostaríamos que a merenda não fosse uma forma de fazer o aluno ir para a escola, mas que ela fosse na forma de cestas básicas para atender 3 milhões e 700 mil alunos.
A partir do foco da escola nós poderíamos ter um combate à fome, mas vocês optaram por fazer merenda na escola e acontecer como aconteceu em Piracicaba, 600 quilos de carne jogados fora, porque os pais têm juízo, não mandam e não mandarão seus filhos para as escolas em plena pandemia. Isso é um erro de política de governo.
Isso é um erro. Se quisesse acertar, era cesta básica. Essa é uma forma de acertar, mas não. Vamos fazer de conta que a escola funciona e vamos fazer desta forma. O mais duro para mim, Sr. Presidente, é vir de uma categoria, eu sou da Educação Básica... Eu não falo da Educação, eu vivi, vivo a Educação.
Quando eu falo da Educação, eu estou falando da Educação com conhecimento de vivência, de causa. Eu tenho a Educação como causa e ver que vai retirar do Orçamento da Educação dinheiro para bancar esse programa que, sim, atende uma parcela, mas não a totalidade, Sr. Presidente.
A totalidade que eu digo são 1 milhão e 600 mil famílias que estão em vulnerabilidade, chegaria a mais de 4 milhões de pessoas se assim o quisesse no estado de São Paulo. E aí sim é robusto, é grande.
O estudo do Dieese mostra para nós com muita clareza. Eu diria para o senhor o seguinte, perder verba da Educação, para nós, é difícil. Muito difícil. E foi o que eu quase que implorei para o Vinícius Camarinha: "Tire esse artigo, tire o artigo que mexe com o dinheiro da Secretaria de Estado da Educação, Centro Paula Souza."
Por quê? Cumprem um papel fundamental, sobretudo na sociedade. Ainda. Essa foi a grande conquista de mais de 200 anos de luta por Educação pública de qualidade e por financiamento público na Educação Básica. E a gente ver, assistir o dinheiro ir de outra forma, encaminhado, sim, me entristece.
Contudo, eu quero dizer que o nosso parecer não é perfeito. Claro, nem os senhores teriam que incorporar 100%, não há isso. Por isso que a gente implorava por uma emenda aglutinativa.
E vou ser sincera, eu acreditava que isso aconteceria, porque o senhor, em outras vezes... Muitas vezes o senhor vinha com uma emenda que não contemplava totalmente, mas era uma emenda que aglutinava alguns pontos ali que melhorariam talvez.
Mas nem isso fizeram. Pegaram as emendas menos substanciais possíveis e incorporaram. Oito emendas de 107 emendas. É a isso que nós estamos resumidos. Simples assim. Simples. É triste, como dizia o deputado que me antecedeu, mas eu não perco a esperança, Sr. Presidente.
Como é alguma coisa que vai dar alguma coisa para alguém, eu não sou capaz de orientar a minha bancada a votar contra, mas vou lutar item por item que está aí nesse roteiro de votação.
Se ainda sobrar um pouco de sensibilidade, retire as verbas da Educação, porque essas nos são caras, essas custaram muito chão, muito chinelo, muito sapato, muita luta, Sr. Presidente.
A gente assistir a tanta coisa, todo mundo falar de Educação, tantos entendidos em Educação, e agora a gente vê os entendidos darem a Educação para ajudar na questão social, como se também não tivesse recursos oriundos dos impostos, de alguns impostos, para as questões sociais.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para concluir, deputada Professora Bebel.
A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Nós vamos fazer o debate, o bom debate, o bom combate, mas deixar registrado que, por favor, tem o substitutivo 4, do Partido dos Trabalhadores, por favor, votem nesse.
Obrigada e boa tarde.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para encaminhar, o deputado Campos Machado. Antes, porém, uma questão de ordem da deputada Janaina Paschoal.
A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Muito obrigada, Sr. Presidente. Surgiu uma dúvida, Excelência, tanto na minha bancada como junto a alguns líderes.
Quando nós fomos deliberar o método, nós temos dois métodos, então seria possível votar no do governo, no do PT, em "abstenção", que é sempre uma possibilidade. A pergunta

é: é possível manter a obstrução neste momento de votação dos métodos?
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É possível, é regimental, deputada líder do PSL, deputada Janaina Paschoal.
A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Obrigada, presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, deputada Janaina Paschoal. Para encaminhar, o deputado líder do Avante, deputado Campos Machado.
O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Sr. Presidente, meu amigo Carlão Pignatari, não é fácil para mim esse encaminhamento.
Ouvi a deputada Valeria Bolsonaro com muita atenção. Mulher inteligente, fez colocações precisas. Ouvi a minha grande amiga, deputada Bebel, quase que às lágrimas, tamanho é o amor que ela tem pela Educação.
Eu sei quanto ela ficou sentida quando os vacinados tinham que ter mais de 47 anos. Vi deputados, como Paulo Fiorilo, inteligente, preparado, com argumentos fortes.
Ouvi todos os deputados que se mostraram contrários a esse projeto. Tiro a razão deles? Não, não tiro a razão deles. Poderia dizer, fosse eu um governista, que tambor faz barulho, mas é vazio por dentro. Mas, não. Os argumentos estão recheados em conteúdo.
Para chegar onde eu cheguei, não é por emendas que muitos receberam no 529, não. Muito é por conhecer o deputado Vinícius Camarinha. Eu sei de seu esforço em tentar encontrar um caminho.
Várias vezes ele foi ao Palácio conversar com o secretário Cauê, com quem mais de direito. Por várias vezes encontrei na sala do presidente, estava lá o Pignatari, todos tentando encontrar o melhor caminho.
Aí, eu me coloco no lugar do deputado, grande deputado Ortiga, que certa feita disse, da tribuna da Assembleia, citando Frank Williams, "não importa onde estamos, importa para onde vamos".
Aí eu pensei. Argumentos existem de sobra para aqueles projetos que pudessem até serem rejeitados. Como disse Rafael Silva, nós não estamos numa época normal, nós iremos à estrada da anormalidade.
A madrugada hoje é triste. O orvalho hoje entristece as pessoas, faz as pessoas mergulharem mais na tristeza. E se não votar nada? O que é pior? Simplesmente rejeitamos o roteiro apresentado pelo líder do Governo?
Atendemos alguns aspectos positivos, os argumentos da deputada Bebel, por exemplo? Eu vejo que grande parte dos deputados gostaria de ter tido o entendimento mais amplo, mais aberto, mais completo.
Isso eu vivo há 30 anos. Eu nunca vivi um momento como esse. São poucas escolhas, são poucas as opções. Poderia ficar aqui criticando o governador. Motivos existem, de sobra, mas aí eu fico indagando a mim mesmo: é bolsa do povo da esquerda, da direita, do centro? Na pior das hipóteses, se assim considerarmos, muita gente vai ser favorecida. Não é o ideal.
O ideal só existe nos sonhos. Adiar a votação do projeto, para ficar mais uma semana, duas semanas, três semanas, todos os deputados podem esperar. Todos eles recebem bons salários.
E o humilde, e o pobre? E o desamparado? Ah, mas poderia ser feito de outra maneira. Mas é desse jeito que está sendo feito. Então, a pergunta que cabe aqui é: o bom ou o nada? Nada. Mais fácil do que ser tambor. O barulho é estridente, mas é vazio.
Portanto, Sr. Presidente, de maneira clara, eu vou votar em conformidade com a minha consciência. Vou votar "sim" no roteiro apresentado pelo governo. É assim que eu acho que eu devo agir.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, deputado Campos Machado. Para encaminhar pela liderança da Minoria, deputado Paulo Fiorilo.
O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, uma coisa que eu aprendi no Parlamento é a importância da palavra. Aprendi, inclusive, com o deputado Campos Machado, a ideia de que a palavra, depois de solta, não volta mais, a gente não recolhe.
Eu entendi que a palavra aqui era: vamos construir uma emenda aglutinativa. Ao fim e ao cabo, o que a gente tem? Uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito emendas incorporadas ao texto do governo, pelo roteiro apresentado pelo deputado Vinícius Camarinha.
Eu vou aqui me permitir falar quais são essas emendas, até para que todo mundo aqui saiba no que está votando, ou no que não está votando. A emenda 20, da deputada Graziela. A emenda visa corrigir erro de grafia na redação da presente propositura. Consegui corrigir o erro de grafia, essa emenda, mas não corrigiu o erro de recursos.
Vou continuar insistindo. Os programas elencados no projeto de lei não atingem 600 milhões. Mas, para que eu vou continuar dizendo isso, se o governo está construindo uma maioria, para tratorar toda a discussão que foi feita, toda tentativa de melhorar o projeto.
A emenda 40 do deputado Gilmaci diz que, tendo em vista a necessidade de abertura de crédito de quase 400 milhões, é, no mínimo, necessário que sejam verbas vinculadas exclusivamente para atender ao programa "Bolsa do Povo", garantindo que a integralidade dos valores seja utilizada somente para os objetivos do referido programa.
Bom, 400 milhões vão sair da Educação Paula Souza para garantir 20 mil empregos presenciais em um ano de pandemia em que as pessoas poderiam ficar em casa se tivessem a ideia do auxílio emergencial - que eu falarei em seguida.
Emenda 56. Fica assegurado - da deputada Analice -, na concessão do benefício financeiro de que trata o item 6, § 1º do Art. 1º, o atendimento prioritário a mulheres vítimas de violência doméstica. Interessante, muito bom.
Da bancada do PT, emenda 62. Transparência e prestação de contas. Emenda 65 da bancada do PT. Duas emendas da bancada do PT. Os programas e ações que constam no § 1º deverão constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.
Emenda 90, da bancada do Novo. O Poder Executivo promoverá a publicação franqueada ao acesso de forma aberta e anonimizada dos beneficiários do programa. Regras de transparência, existia uma parecida. Emenda 91, da Marina Helou.
Regulamentação da presente lei poderá estabelecer critérios adicionais e elegibilidade para a concessão da Bolsa Auxílio Desemprego, visando à priorização de mães, priorização de mulheres em situação de violência, alistamento de trabalhadores integrantes de população desempregada. Interessante.
E, por fim, emenda 101, do deputado Edmir Chedid. Adotar medidas de controle e fiscalização, bem como implantar ferramentas de transparência voltadas ao combate e para coibir fraudes na concessão de benefícios. Reparem, nenhuma, mas nenhuma emenda para corrigir os erros que foram apontados por deputados e deputadas neste debate, desde a reunião com o secretário Cauê, passando pelo debate do secretário, o líder do Governo, Camarinha, no Congresso de Comissões e hoje aqui ao longo dessas três sessões.
Nós continuamos insistindo que é um erro, que a palavra dada tem importância, porque nós entendemos que é a partir daí que a gente constrói consenso. E eu queria, então, agora, dialogar com os deputados da base.
Os mesmos que aprovaram o 529 e que, depois, viram o governador recuar caso a caso, pressionado pelas categorias, pressionados pela população, pressionado por um monte de